

## 1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
16/02/2022	14h30min	Sala virtual de reuniões	Flávia Miranda Falcão

## 2. Classificação da reunião:

Reunião do “Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do TRE-RS” (Resoluções CNJ n. 194/2014 e 195/2014), voltada à gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

## 3. Participantes

Lotação	Servidor	Fone	E-mail: @tre-rs.jus.br
Corregedor e Vice-Presidente	Desembargador Francisco José Moesch	9272	franciscooesch
SCRE	Rafael Gonçalves Nunes	9337	rafaelnunes
ASPRES	Flávia Miranda Falcão	9240	flaviafalcao
21ª Zona Eleitoral	Sandro Saralegui Ferrari	8021	sandroferrari
SAI/COAPE	Cristiano Santiago de Aguiar	9303	cristianoaguiar

## 4. Pauta:

Assunto	Responsável	Descrição
1. Abertura dos Trabalhos	Francisco José Moesch	Cumprimenta a todos os presentes e menciona que a presente reunião dá seguimento aos assuntos já tratados na reunião realizada em 11.02.2022. Passa a palavra.
2. Potenciais problemas de segurança para atendimento presencial no fechamento do cadastro.	Sandro Saralegui Ferrari	Expôs que a demanda por atendimento encontra-se reprimida em razão da pandemia do COVID-19, considerando que a procura pelos serviços da Justiça Eleitoral encontra-se bem abaixo da média do período equivalente, anterior à eleição de 2018, o que indica uma tendência de provável aumento da procura no período mais próximo ao encerramento do cadastro. Mencionou a importância da divulgação dos serviços da Justiça Eleitoral na grande mídia para que os eleitores procurem pelo atendimento que necessitam com

		<p>antecedência, a fim de diluir a demanda pelo serviço ao longo do período existente antes do dia 4 de maio de 2022, como a excelente entrevista concedida pela gerente da Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Alegre veiculada no programa Jornal do Almoço de hoje. Reforçou a importância de também a página do TRE-RS na internet divulgar, ao lado da obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação contra o COVID-19 para ingresso nas instalações da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, a data do encerramento do cadastro eleitoral para as eleições gerais de 2022. Também sugeriu que os resultados dos sites de pesquisas pelo Justiça Eleitoral na internet poderiam apresentar principalmente a página do JE Digital, o Atendimento Virtual ao eleitor, pois é a porta de entrada aos serviços da Justiça Eleitoral. Sugeriu que o Comitê consulte a Assessoria de Comunicação Social e a Secretaria de Tecnologia da Informação a esse respeito. Salientou que a virtualização dos serviços e a menor demanda por atendimento presencial dos eleitores diminui as chances de ocorrerem incidentes de segurança.</p>
3. Entrevista da Senhora Gerente da CAE Porto Alegre concedida ao Jornal do Almoço nesta data.	Francisco José Moesch	Sugeriu solicitar à ASCOM. Rafael Nunes já solicitou e divulgou ao Comitê.
4. Urgências x Ações Prioritárias	Cristiano Santiago de Aguiar	Divulgação do novo endereço da CAE Porto Alegre, na Rua Siqueira Campos, n. 805, e consultar o Cartório da 98ª Zona Eleitoral sobre necessidade de apoio em serviço ou estrutura para a renovação de eleição majoritária em Garibaldi, a ocorrer no dia 3 de abril. Cristiano recordou que temos muitos objetivos de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e, dentro dessa estrutura decidida, é necessário estabelecermos prioridades. O Comitê pode priorizar ações a serem tratadas em médio e longo prazo, como o dimensionamento da força de trabalho.

		<p>Recordou que as previsões de despesas e o levantamento das ações estratégicas de cada unidade, para o exercício de 2023, só serão aceitas até o dia 25 de fevereiro e que o prazo do Tribunal vai até 31 de março de 2022, em que pese algumas ações com valores até 50 mil reais não precisem ser previstas agora. Rafael lembrou que a questão orçamentária está expressamente excluída da política nacional de atenção prioritária ao 1º grau da Justiça Eleitoral e Cristiano ponderou que essa exclusão é compreensível, mas medidas podem ser planejadas antecipadamente pelo Tribunal, como a aquisição/construção de imóveis próprios, como fez o TRE do Paraná. Cristiano lembrou que o documento de Identificação Civil Nacional, criado pela Lei n. 13.444/2017, será emitido pela Justiça Eleitoral, além de outros órgãos, e provavelmente obrigará o TRE-RS a rever sua estrutura predial. Salientou a importância de se fazer o correspondente planejamento antecipadamente. O Desembargador Moesch recordou que restrições e vedações não impedem que o Comitê discuta esses assuntos e eventualmente os encaminhe encaminhe à Presidência e à Diretoria-Geral.</p>
<p>5. Diálogo com outros Comitês</p>	<p>Rafael Gonçalves Nunes</p>	<p>Rafael acompanhou as preocupações e pontos trazidos e relatou que já provocou a Corregedoria sobre questões pertinentes ao fechamento do cadastro eleitoral, com consultas às colegas Flávia Laitano, Coordenadora de Fiscalização do Cadastro Eleitoral e Ana Cristina Moretti, Chefe da Seção de Regularização do Cadastro Eleitoral e responsável pelo Comitê de Atendimento ao Eleitor, que já informaram que esclarecimentos</p>

		<p>importantes relativos ao encerramento do cadastro eleitoral já estão em elaboração para envio à ASCOM e divulgação na grande mídia.</p>
<p>6. Próximas providências relativas ao 1º grau de jurisdição</p>	<p>Rafael Gonçalves Nunes</p>	<p>Propôs que este Comitê leve as dificuldades levantadas pelo colega Sandro Saralegui Ferrari ao Comitê de Atendimento ao Eleitor e, à ASCOM, que se aumente a divulgação do JE Digital nas redes sociais do TRE-RS e coloque como prioridade nos resultados dos mecanismos de pesquisa na internet. Também deve ser lembrada à ASCOM a necessidade de divulgação do novo endereço da CAE de Porto Alegre. O Desembargador Moesch sugeriu que AGERT seja incluída nas comunicações o quanto antes para divulgação no interior do Estado. Rafael também sugeriu comunicação com a Escola Judiciária Eleitoral, que distribuamos as tarefas entre os membros do Comitê e enviemos aos destinatários já mencionados. O Desembargador Moesch lembrou a importância da multiplicação das informações nas redes sociais do TRE-RS e comunicou que a necessidade de aumento da atuação da ASCOM nas divulgações necessárias ao primeiro grau será levada ao Presidente, Desembargador</p>

		Arminio.
7. Providências Administrativas	Sandro Ferrari, Rafael Nunes e Cristiano Aguiar	Criação de um e-mail institucional e de uma unidade no Sistema SEI para o Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição
8. Próxima Reunião	<b>Dia 16.03.2022, às 15 horas.</b>	